

## Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 221 da 187ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 28 de Novembro de 2012, com início às 14h11, na Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, SETS, na rua Pedro Ivo, 750 – centro, nesta capital, com a presença dos conselheiros: Ângelo Roberto Manfra (SEED); Nuncio Mannala (SETS), Geasi Oliveira de Souza (FETRANSPAR); Klaus Dias Kuhnen (FAEP); Ildemar Gorges (Força Sindical); Denilson Pestana da Costa (NCST); Ademir Jesus da Veiga (CGTB); João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMÉRCIO); Nircélio Zabot (SEDS); Paulo Sérgio dos Santos (UGT) Roberto Luiz Harth Teixeira de Freitas (FEPASC); Priscilla Fátima Caetano de Lima (FIEP/PR); e os colaboradores: Maria Augusta Araujo (SETS); Soraia C. De Souza (SETS); Elietti de Souza Vilela (SETS); Dirce Margoti (SETS), Luciana Madureira (SETS), Olivia Scimeoni (SETS) e Aldameri Imthurm - Secretária Executiva dos Conselhos da SETS, realizou-se a 188ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 01 – Abertura; 02 - Aprovação da Ata do mês de Outubro de 2012; 03 - Informes da Presidência e Secretaria Executiva; 04 – Conferência Estadual do Trabalho (Nuncio/DERT); – 05 – Contratação do DIEESE e DIESAT para o CET (Ildemar/Força Sindical); 06 – Discussão das propostas recebidas em Cascavel/Londrina/Maringá e Pato Branco - Seminário do Trabalho Decente; 07 – Deliberações das Reuniões do CET no ano de 2012; 08 – Site do CET; 09 - Apresentação do Quadro de Presença dos Conselheiros nas Reuniões do CET; - 10 – Outros assuntos. 01 – Abertura; O Presidente Denilson inicia a reunião saudando a todos e em seguida, passa para o item dois da pauta: 02 - Aprovação da Ata do mês de Outubro de 2012; Denilson informa que, conforme o questionamento do conselheiro Klaus da Bancada Patronal, a Ata da reunião anterior será considerada como relatório, pois, de acordo com o que dispõe o Capítulo V, § 2º do Regimento Interno “As reuniões ordinárias do Conselho serão iniciadas com a presença de, pelo menos, metade mais um de seus membros, ou seja, 10 (dez) conselheiros titulares ou respectivos suplentes”, não houve quórum. Estavam presentes nesta reunião 9 (nove) conselheiros e desta forma, a ata não poderá ser aprovada. 03 – Informes da Presidência e Secretaria Executiva: O Presidente inicia solicitando que seja disponibilizado por arquivo as atas dos meses de Agosto e Setembro que foram aprovadas na reunião passada e como não teve quorum terão que ser aprovadas na data de hoje. Continuando, o Presidente informa que recebeu a justificativa de ausência dos(as) conselheiro(as) Jairo Correa de Almeida- CTB, da Conselheira Deborah Regina Wolski Dizierwa - FACIAP, e do Conselheiro Ernane Garcia – CUT. O conselheiro João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMERCIO) informa que o conselheiro Francisco Machado não pode estar presente em função de uma consulta médica. O Presidente registra que recebeu da Secretaria Executiva dos Conselhos a revista Fundos de Pensão - Fundos de fundos- Grandes Projetos para Pequenas Fundações da ABRAPP-ICSS-SINDAPR. Continuando, o Presidente observa que como fluxo da reunião passada, houve o encaminhamento de dois Ofícios: Ofício nº 025/2012-CET enviado ao ao Deputado Nereu Moura e o Ofício nº 026/2012-CET ao Deputado Elio Rusch, ambos em 1º de Novembro/2012, referente as informações que receberam sobre o corte no orçamento da Secretaria do Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária (SETS) para 2013. Neste sentido, o Presidente informa que os ofícios foram enviados aos parlamentares pedindo esclarecimentos e solicitando seus esforços para que não houvesse nenhum corte no orçamento, pois caso isso aconteça, poderá comprometer a atuação da (SETS) e do Conselho Estadual do Trabalho. O Presidente informa ainda que o orçamento estará sendo apreciado e votado nesta semana. Abrindo espaço para nova discussão passa para o próximo item da pauta. - 04 Conferência Estadual do

Trabalho (Nuncio/DERT) – Nuncio (SETS) cumprimenta a todos(as) e passa a informar que durante o ano foi discutida a questão da possível data da Conferência Estadual do Trabalho, tendo em vista que, desde o ano de 2005 (dois mil e cinco) esta Conferência não acontece no Paraná. O Presidente cita que, conforme o plano de trabalho e o que vem sendo debatido no âmbito dos conselhos municipais, é de suma importância que seja marcada uma data para a realização desta conferência no estado do Paraná. Denilson considera que esta questão demanda um grande esforço de todos, no que se refere a recomposição dos Conselhos Municipais, bem como da questão das licitações; neste sentido, Nuncio (SETS) faz a proposta de que se constitua uma comissão organizadora para debater esta questão, bem como definir o mês para a realização da conferência no Estado. O Presidente coloca a questão para discussão. O conselheiro Ildemar (Força Sindical) observa que dentro das sugestões que foram formalizadas no Conselho, foi a decisão de realizar as Conferências Municipais, e a Conferência Estadual, para legitimar os representantes junto ao conselho. Desta forma, o conselheiro Ildemar cita que é possível fazer a previsão de data, porém, sem fazer as Conferências Municipais não será possível validar a Conferência Estadual. Valorizando a fala do conselheiro Ildemar, Nuncio (SETS) coloca que a comissão organizadora deve discutir que o Conselho Estadual venha a fazer uma Resolução, onde os Conselhos Municipais do Estado possam se reorganizar, para realizarem suas plenárias e encontros, dentro de tudo que demanda uma conferência. O Presidente salienta, que as discussões que foram realizadas nas macro regionais do Trabalho Decente e também nos seminários no interior do Estado, necessitam de um fluxo e também de espaço para poder elaborar as políticas de Emprego e Renda do Estado. Denilson enfatiza a necessidade de se fazer a avaliação de cada uma destas políticas; exemplifica que as políticas públicas da Assistência Social, da Educação, Saúde e da Habitação, já estão consolidadas no Estado e a nível nacional; o Presidente ressalta a importância de construir uma política pública para legitimar todos Conselhos Municipais e também o próprio Conselho Estadual, através de referendo das instituições do âmbito Estadual; neste sentido, o Presidente avalia que o CET, juntamente com a SETS, poderiam pensar ainda este ano, em estabelecer a data da Conferência Estadual; cita que uma comissão poderia estabelecer um calendário e também já pensar nas Conferências Macro regionais de Geração de Emprego e Renda, desta forma, haveria possibilidade de se obter um grande diagnóstico, com propostas concretas, que dariam suporte para este governo e para os que virão. Avaliando a proposta do Presidente, o conselheiro Ildemar coloca que não há nada a questionar neste sentido, e que a conferência pode acontecer no segundo semestre do ano de 2013 (dois mil e treze), porém, entende que é de suma importância que a comissão que irá trabalhar esta questão da conferência, não deve se preocupar apenas com as datas, mas principalmente, que venha observar a questão de inserir e trazer para o debate a sociedade como um todo. O conselheiro Nircélio (SEDS) diz que está surpreso em saber que desde o ano de 2005 (dois mil e cinco) não se realiza a Conferência do Trabalho Emprego e Renda no Estado do Paraná, tendo em vista que a estruturação e o tripartismo, no que tange a área do trabalho, já está consagrado e que o papel nobre de um conselho, é o controle social de uma política pública; cita que a sua indagação é se não existe uma regulamentação e/ou determinação, a nível federal, para que se consolide os Conselhos Estaduais do Trabalho; continuando, informa que nas demais políticas, os secretários não podem obter recursos e nem elaborar um plano se não estiverem respaldados pelos órgãos de controle social. Nircélio (SEDS) cita que é suma importância que a política de trabalho e renda, se consolide e se estruture com toda a transparência, participação e controle social. O conselheiro concorda que venha a ser criada uma comissão, e que esta seja constituída de forma tripartite, no sentido de valorizar, tanto o Conselho Estadual, quanto os Conselhos Municipais, e a sociedade como um todo. Na sequência, o conselheiro Nuncio (SETS) parabeniza a participação e a contribuição do

conselheiro Nircélio junto ao Conselho do Trabalho, ressaltando que as palavras que foram proferidas pelo conselheiro foram extremamente sábias. No que tange a questão da agenda da conferência, o conselheiro entende que o Conselho vem pecando nesta condução desde o período de 1990 (mil novecentos e noventa), porém, cita que isso deve ser mudado. Nuncio considera que o governo e a Secretaria do Trabalho tem se esforçado neste sentido. O conselheiro relata que a SETS levou a questão do orçamento para o Ministério do Trabalho e está previsto o recurso para a conferência. Na sequência, Nuncio pergunta se acontecerá alguma conferência no 2º (segundo) semestre do ano de 2013 (dois mil e treze); ao que o conselheiro Ildemar informa que a 2ª (segunda) e a 3ª (terceira) semana do mês de setembro será dedicada a Semana Estadual da Saúde e Segurança e no Trabalho. Na sequência, o Presidente pergunta se a proposta trazida pelo conselheiro Nuncio é aceita pelos demais conselheiros. O conselheiro Elizeu (SESA) cita que sua preocupação é no sentido de se verificar o objetivo das conferências; destaca que na Secretaria da Saúde as conferências são feitas com o marco final de se trabalhar as questões do biênio e triênio passados, para assim analisar se cumpriram seus objetivos, e em seguida apontam para uma conferência nacional. Elizeu pergunta ainda se a proposta do Nuncio, no que se refere a conferência, tem a intenção de levar as avaliações para a próxima gestão. Ao que o Presidente pergunta ao conselheiro Elizeu se o mesmo é a favor da conferência, e se o que o mesmo colocou foi um questionamento, e qual seria a sua sugestão. O conselheiro Elizeu responde não conhece o histórico das conferências passadas e pergunta se saiu algum apontamento direcionado para uma conferência nacional. Denilson observa que não existe fluxo e nem uma pessoa que venha a estar a frente para que uma conferência aconteça; coloca que não há interação entre os municípios, entre eles próprios e nem com o Conselho Estadual; ressalta que o Ministério do Trabalho avalia que a política do trabalho, tanto no Paraná, quanto a nível nacional, tem sido tratadas de forma diferente em relação as demais políticas públicas; relata que quando o Secretário Romanelli era Presidente da Companhia de Habitação do Paraná da Habitação (COHAPAR) foram realizadas as primeiras Conferências das Cidades, onde foram construídas as políticas públicas para as cidades, e dessa forma a cada 4 (quatro) anos é feita a conferência para avaliar como está o andamento de todas as questões que foram trazidas no que tange a lei do zoneamento, solo urbano e inclusão social no âmbito do Estado. Neste sentido, o Presidente ressalta que no que se refere a questão do trabalho este fluxo não existe, exemplifica que o tema Trabalho Decente poderia ser um tema a ser tratado numa conferência de Emprego, Trabalho e Renda e Economia Solidária. O Presidente ressalta que é de suma importância que venha acontecer uma articulação com todos os municípios, e também com a região metropolitana, no que se refere as questões do trabalho. Desta forma, o Presidente pergunta se alguém é contrário a sugestão do conselheiro Nuncio de que seja criada uma comissão de organização da primeira Conferência de Trabalho Emprego e Renda e Economia Solidária para o mês de outubro de 2013 (dois mil e treze). Não havendo manifestação contrária o Presidente informa que a proposta está aprovada. Na continuidade, o Presidente pergunta se a comissão pode ser composta por 2 (dois) representantes de cada bancada, e se existe a possibilidade de se fazer a indicação neste momento. O conselheiro Ildemar coloca que poderiam ser 2 (dois) representantes de cada bancada, tendo em vista que terão um grande trabalho a desenvolver. O Presidente informa que está estabelecido um prazo de 15 (quinze dias) para que cada bancada faça a indicação da sua representação.

05 – Contratação do DIEESE e DIESAT para o CET (Ildemar/Força Sindical) – O conselheiro Ildemar (FORÇA SINDICAL) ressalta que foi deliberado pelo CET há algum tempo atrás que se contratasse o DIEESE para dar respaldo técnico a algumas ações que são realizadas no estado do Paraná; o conselheiro Ildemar (Força Sindical) relata que já foi aprovado a contratação, e por este motivo, gostaria de saber como está o andamento deste processo; o conselheiro sugere também a contratação do

DIESA, que é um órgão que pode, junto ao DIEESE, auxiliar no levantamento de como está a situação do ambiente de trabalho no Paraná, para que o Conselho do Trabalho possa cobrar ações através do Comitê do Trabalho Decente. O conselheiro Ildemar (Força Sindical) entende que o Conselho Estadual do Trabalho será o órgão gerenciador do Comitê de Trabalho Decente e, desta forma, será necessário ter uma assessoria competente para que as decisões que venham a ser tomadas sejam as mais acertadas. Ildemar (Força Sindical) sugere que, dentro da viabilidade financeira da , esta contratação venha de fato se concretizar. Na sequência, o conselheiro Nuncio relata que já foi encaminhado o contrato, onde o DIEESE começa a trabalhar com a SETS no início de dezembro deste ano; Nuncio (SETS) informa também que o contrato será encaminhado para conhecimento de todos os conselheiros. Dando continuidade, Nuncio cita que foi feito um remanejamento de valores, a partir de uma articulação com Brasília, e ressalta que os recursos para pagar, tanto o DIEESE quanto o DIESAT, será do governo federal. Continuando, Nuncio (SETS) reforça que para março do próximo ano a verba para contratação do DIEESE e do DIESAT está autorizada. Neste sentido, coloca que as Secretarias da Saúde e da Família irão usufruir dos trabalhos destes técnicos. O conselheiro Nuncio informa também que o Governador dará posse ao grupo gestor da agenda do Trabalho Decente. Na sequência, o conselheiro Célio (CTB) observa que a proposta do conselheiro Ildemar virou um informe, pois esta contratação já esta feita; cita que faz alguns anos que a questão da contratação do DIEESE e do DIESAT é debatida no Conselho do Trabalho, e que fica feliz com a notícia desta contratação. O conselheiro Ildemar pergunta se o DIEESE terá uma sala de trabalho junto a SETS. Em resposta Nuncio responde que sim, pois são técnicos de nível nacional e acredita que o governo terá que se pronunciar, pois o Parana é o 3º (terceiro) estado em acidente de trabalho, e que 14.000 (quatorze mil) pessoas por ano são inviabilizadas na Previdência, sendo 54.000 (cinquenta e quatro mil acidentes), e diante destes números nenhum direcionamento político é feito; Nuncio cita Bertolt Brecht "onde se ganha o pão não se perde a vida", ressaltando que a sociedade trata estas questões como se fossem a coisa mais natural do mundo. O Presidente passa para o item seis. 06 – Discussão das propostas recebidas em Cascavel/Londrina/Maringá e Pato Branco - Seminário do Trabalho Decente – Iniciando, o Presidente informa que foi enviado a todos os (as) conselheiros (as) o relatório dos eventos do Seminário do Trabalho Decente que foram realizados em 2012 (dois mil e doze), e não houve retorno, dessa forma, pergunta se há a necessidade de um prazo de mais uma semana para esta avaliação, ou já pode considerar aprovado. Neste sentido, o conselheiro Klauss da Federação da Agricultura do Estado do Paraná pergunta se estes relatórios foram condicionados a aprovação. Ao que o Presidente explica que foi encaminhado para ver se não faltou nenhum registro dos eventos. Neste sentido, Klauss (FAEP) entende que, independente de aprovação, salientando que o grupo que será formado para discutir as conferências, poderá trazer possíveis encaminhamentos, se assim entender que seja necessários. Continuando, o conselheiro Elizeu (SESA) sugere que esta questão fique em aberto para as possíveis sugestões que possam surgir. Denilson pergunta se o evento de Ponta Grossa e do Litoral será realizado. Em resposta o conselheiro Nuncio informa que, em relação ao litoral houve uma reunião do governo, que contou com a participação da Secretaria da Educação, através da coordenadora Marilda, e também com a participação do conselheiro Nircélio; destaca que estiveram presentes os diretores e os coordenadores de 4 (quatro) Secretarias de Estado; cita também que a Casa Civil, através de técnicos indicados pelo Governador, estão elaborando o plano de trabalho e de qualificação para ao litoral. No que se refere questão tripartite do Seminário de Ponta Grossa, Nuncio (SETS) informa que, tendo em vista o Decreto 6264 de 19 de outubro de 2012, que determina a redução de despesas de custeio no âmbito dos órgãos e entidades do poder executivo estadual, está se procurando uma forma de resolver esta questão. Cita que a SETS irá encontrar uma forma de resolver a questão dos

recursos para os seminários. Neste sentido, o Presidente pede para se registrar que, em função de corte de gastos, não haverá os seminários do Litoral e nem o de Ponta Grossa ; ressalta que o evento do litoral foi pensado pelo Conselho do Trabalho, porém, não foi chamado pelo governo para participar e desta forma, questiona as prioridades do governo. O conselheiro Célio diz estar preocupado, pelo fato de somente o governo estar a frente das discussões, no que tange a questão do trabalho no litoral; questiona a não participação do Conselho do Trabalho nesta discussão e também a não disponibilidade de recursos. O conselheiro Geasi (FETRANSPAR) observa que o único Conselho que não recebe incentivos é o Conselho do Trabalho e ainda não tem recurso para viabilizar as discussões; questiona a forma que o modelo tripartite se apresenta neste conselho. Na sequência, o conselheiro Nuncio esclarece, por serem da Capital, os conselheiros não recebem incentivos; ressalta que houve uma falha administrativa com referência ao Seminário do Litoral, eximindo a culpabilidade do Secretário Romanelli. 07 – Deliberações das Reuniões do CET no ano de 2012 – O Presidente inicia informando que dentre as deliberações que foram tomadas na reunião do dia 29 (vinte e nove) de fevereiro na cidade São José dos Pinhais, uma delas foi aprovação de um programa de revitalização dos Conselhos Municipais do Trabalho, e também de um projeto que foi apresentado pelo Sr. Aloize Gogola, servidor aposentado da SETS, e se estenderia para os anos de 2012 (dois mil e doze), 2013 (dois mil e treze) e 2014 (dois mil e quatorze); continuando o Presidente salienta que até o presente momento, o Conselho não teve retorno da SETS sobre este projeto; cita que é de suma importância que a Secretaria do Trabalho dê um retorno a este Conselho. Nesta perspectiva, o conselheiro Nircelio (SEDS), ressalta que a Secretaria está de parabéns pela iniciativa da contratação do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), salientando que é de suma importância a participação de órgãos competentes, no que tange ao mundo do trabalho; destaca ainda, a importância dos órgãos que irão atuar junto a SETS, e que estes apresentem para o CET o seu plano de trabalho. Ao que o Presidente ressalta que, em se havendo a concordância por parte dos conselheiros, a proposta da apresentação técnica do DIEESE pode ser aprovada. Dando sequência, o conselheiro Nuncio informa que o Sr. Aloize Gogola é um grande técnico que contribuiu por 30 (trinta anos) na Secretaria do Trabalho, relatando que foi este técnico que criou o Conselhos do Trabalho, Nuncio coloca que foi feito um grande esforço para se contratar o Sr. Aloize Gogola, porém, por questões jurídicas, não foi possível isto se concretizar. O Presidente solicita que a SETS deveria informar o Conselho do Trabalho da impossibilidade da contratação do Sr. Aloize Gogola. Neste sentido, o conselheiro Roberto (FEPASC) corroborara com a proposição do Presidente observando que a Secretaria deveria dar ciência ao Conselho do Trabalho da não contratação do Sr. Aloize Gogola para o desenvolvimento dos trabalhos. - Abrindo espaço para nova discussão o Presidente passa para o próximo item da pauta que será apresentado pela técnica Olivia Scimeoni (SETS) - 08 – Site do CET – Olivia (SETS) inicia informando que, em parceria com o Departamento de Informática desta Secretaria, foram realizadas algumas alterações no site do Conselho, destacando a padronização e a criação de algumas funcionalidades, que facilitam o acesso de seus usuários. Finaliza com a apresentação do site e propõe que os conselheiros apresentem suas sugestões. Os conselheiros parabenizam pelo excelente trabalho. O Presidente agradece, salientando que o site dará uma nova estética para o Conselho do Trabalho. 09 - Apresentação do Quadro de Presença dos Conselheiros nas Reuniões do CET; Denilson informa que foi encaminhado para os conselheiros, uma planilha de presença das reuniões, neste sentido, pede que analisem esta questão, e quando não puderem estar presentes que informem seus suplentes, para que os mesmos compareçam as reuniões; cita que dessa forma, o andamento das deliberações não será prejudicado. 10 – Outros assuntos. O Presidente diz que o próximo item a ser discutido é a data da última reunião plenária do ano de 2012 (dois mil e doze); coloca que pelo calendário

seria no dia 26 (vinte e seis), neste sentido, propõe a data do dia 12 (doze) de dezembro. Ao que o conselheiro Roberto coloca que poderia ser na data de 19 (dezenove) de dezembro. A secretária executiva Alda (SETS) informa que a partir da data do dia 12 (doze) o auditório estará sendo usado para outros eventos, cita que irá verificar a disponibilidade da sala de reuniões do Secretário Romanelli. Ao que o conselheiro Klaus (FAEP) informa que o auditório da FAEP pode ser disponibilizado para a reunião do CET. Após discussão, foi definido que a reunião de dezembro irá acontecer no auditório do FAEP na data de 19 (dezenove) de dezembro, com início às 16 (dezesesseis) horas. Dando sequência, José Maurino (SETS) inicia informando que irá apresentar a resolução 319 (trezentos e dezenove), onde cita que foi solicitado, em nome do Secretário Romanelli, a compreensão e aprovação dos conselheiros. José Maurino informa que o plano a ser apresentado está em execução, em parceria com o Ministério do Trabalho, e encerra-se no dia 30 (trinta) de novembro de 2012 (dois mil e doze), cita que na proposta original deste plano, o Ministério do Trabalho iria repassar 4 (quatro) parcelas, onde a primeira seria de 40% (quarenta por cento), e após foi repassado mais uma parcela; destaca que as parcelas estavam previstas para novembro de 2011 (dois mil e onze), e também para maio de 2012 (dois mil e doze), julho e agosto, e no entanto, a primeira parcela só foi repassada pelo Ministério do Trabalho em março de 2012 (dois mil e doze), porém havia a necessidade de se prestar conta desta primeira parcela para poder receber a segunda. José Maurino coloca que foi feita a prestação de conta no mês de julho, no entanto, a primeira parcela só foi repassada em março de 2012 (dois mil e doze), e teriam que fazer a prestação de contas dos 70% (setenta por cento) que foi utilizado, onde o Ministério do Trabalho liberou a 2ª (segunda) parcela após 60 (sessenta) dias; Neste sentido, José Maurino (SETS), destaca que o plano está encerrando em 2 (dois) dias e a 3ª (terceira) parcela será liberada no prazo de 2 (dois) dias. Nuncio (SETS) ressalta que o Secretário Romanelli convocou a Divisão para fazer uma força tarefa e executar o que for possível para receber a 3ª (terceira) parcela e assim não devolver este recurso; José Maurino (SETS) informa que foi acertado com o Ministério Trabalho a possibilidade de fazer alguns remanejamentos e adequar as despesas. O Presidente ressalta que é impossível receber uma Resolução para ser aprovada em cima da hora, e não há condições de aprová-la desta forma. O conselheiro Roberto (FEPASC) salienta que concorda com a posição do Presidente pergunta porque não se apresenta o valor e o gasto total da alocação. Em resposta José Maurino (SETS) informa que estão buscando através dos recursos do CODEFAT manter as despesas. Na sequência, Eliete (SETS) intervém colocando que entende a posição do conselheiro Roberto de que é preciso apresentar o custo total da rede; cita que a verba repassada pelo Ministério do Trabalho é ínfima, tendo em vista a grande demanda do Estado, neste sentido, Eliete (SETS) ressalta que é de suma importância que se aprove esta Resolução para que a verba não seja devolvida. O conselheiro Célio (CTB) manifesta a sua discordância no sentido de se dar o aval para esta Resolução, e questiona os cortes do orçamento para este Conselho. O conselheiro Nuncio (SETS) salienta que o CET deve considerar o trabalho da equipe técnica da SETS, e informa que o Paraná é um dos poucos estados que foram contemplados para receber a 3ª (terceira) parcela; salienta que as informações desta parcela só chegaram para a SETS às 10 (dez) horas da noite do dia 27 (vinte e sete) de novembro, e a partir daí, houve uma mobilização da equipe para receber este recurso. O conselheiro João Francisco (FECOMERCIO) coloca que não desmerece o trabalho da equipe, porém não concorda com a forma que foi apresentado e vota pela não aprovação. O conselheiro Klaus (FAEP) informa que esta esta em dúvida no que tange a aprovação. Continuando o Presidente ressalta que não foi avisado ao Conselho em tempo hábil, e, desta forma não concorda com a aprovação. O conselheiro Nircelio (SEDS) propõe uma reunião para a próxima semana. Nuncio (SETS) informa que na próxima reunião estes documentos podem ser apresentados ao Conselho do trabalho. O Presidente relata que recebeu da

Secretária Executiva Sra. Alda a informação que o Sr. José Maurino teria um ponto de pauta. Em seguida, o Presidente pergunta para os conselheiros se aprovam ou não a Resolução. O conselheiro Roberto informa que não aprova; o conselheiro Nircelio aprova a resolução. O conselheiro Celio (CGTB) cita que é contra a aprovação. Na mesma linha o conselheiro Klauss coloca que também não aprova. A conselheira Sonia (SEPL) também não concorda. Geasi é contra a aprovação. Dando continuidade, o conselheiro João Francisco (Fecomercio) considerou que não é possível fazer esta aprovação. Ildemar (Força Sindical) ressalta que é a favor da aprovação, salientando que não se pode perder as verbas para a questão do trabalho. O conselheiro Nuncio (SETS) coloca que é a favor da aprovação. O conselheiro Ademir (CGTB) se manifesta contrário a aprovação. Finalizando o conselheiro Nuncio (SETS) convida os conselheiros para estarem participando da festa de confraternização da Secretaria do Trabalho, Emprego e Economia Solidária. E nada mais havendo a tratar, o Presidente dá por encerrada a 187ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho-CET, da qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 28 de Novembro de 2012.